

Sumário pormenorizado da lição

**CONTRIBUTOS DA PSICOLOGIA PARA A COMPREENSÃO DA
VIOLÊNCIA ENTRE IRMÃOS: DA DETECÇÃO À INTERVENÇÃO**

Inês Moura de Sousa Carvalho Relva

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Julho de 2025

Sumário pormenorizado da lição apresentada como parte das provas de agregação, no cumprimento do disposto na alínea c) do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 239/2007 de 19 de junho, na redação atual que lhe é dada pelo Decreto-Lei nº 64/ 2023, que regula as provas de obtenção do título académico de agregado, bem como as respetivas condições.

ÍNDICE GERAL

	PÁG.
NOTA INTRODUTÓRIA	
OBJETIVOS	
1. A IMPORTÂNCIA DOS IRMÃOS	6
2. ENQUADRAMENTO DA VIOLÊNCIA ENTRE IRMÃOS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	7
3. FATORES QUE CONTRIBUEM PARA QUE A VIOLÊNCIA ENTRE IRMÃOS PERMANEÇA SILENCIADA: DIFICULDADES NO RECONHECIMENTO DA PROBLEMÁTICA	12
4. DEFINIÇÃO DE VIOLÊNCIA ENTRE IRMÃOS	17
5. TEORIAS EXPLICATIVAS	18
6. FATORES DE RISCO	21
7. FATORES PROTETORES	24
8. CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA ENTRE IRMÃOS	25
9. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA VIOLÊNCIA ENTRE IRMÃOS	26
10. PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO	29
11. PROPOSTAS PARA ESTUDOS FUTUROS	32
12. CONCLUSÕES	33
13. REFERÊNCIAS	35

NOTA INTRODUTÓRIA

A lição aqui apresentada, intitulada **Contributos da psicologia para a compreensão da violência entre irmãos: Da deteção à intervenção**, é uma das áreas temáticas abordadas na unidade curricular de Psicologia Aplicada à Educação de Professores e de Pais, do Mestrado em Psicologia, Especialização em Psicologia da Educação e do Desenvolvimento, mais concretamente na aula 10. É também trabalhada na unidade de Projeto de Investigação em Psicologia, em ambos os ramos de Especialização (Psicologia Clínica e Psicologia da Educação e do Desenvolvimento) do Mestrado em Psicologia, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), em que os estudantes, no âmbito da realização dos seus projetos de investigação com vista à dissertação, têm oportunidade de contactar com as áreas de investigação dos docentes do curso. Os que optem por esta temática são convidados a aprofundá-la durante o desenvolvimento do projeto de investigação. A inclusão deste tema nas referidas unidades curriculares prende-se com a importância de oferecer aos estudantes um maior conhecimento desta problemática que, apesar de ser reconhecida como uma das formas mais prevalentes da violência em contexto familiar, continua a ter pouca visibilidade (cf. Gelles, 1997; Relva, 2015) como teremos oportunidade de aprofundar mais à frente, sendo “pouco referenciada por pais, professores, profissionais da saúde mental e comunidade” (Caffaro, 2022; p. 1295).

O tema desta lição fez ainda parcialmente parte de um módulo específico, que eu lectionei a convite em dois doutoramentos: no Programa Interuniversitário de doutoramento em Psicologia, área de especialização em Psicologia Clínica, área temática de Psicologia da Família e Intervenção Familiar, das Universidades de Coimbra e Lisboa, em 2021; e, mais recentemente (2025), no Programa de Doutoramento em Psicologia na Universidade Europeia. Pese embora o resumo alargado aqui apresentado, há detalhes que serão mais profundamente descritos no decorrer da lição. Trata-se, pois, de uma temática, sobre a qual tenho trabalhado e produzido conhecimento, mas sobre a qual pretendo continuar a investir, na medida em que há ainda um longo percurso a percorrer nesta área, como poderemos ver nas propostas de estudos futuros mais à frente sugeridas.

Assim sendo, e por entendermos a relevância do contexto fraterno, sobretudo no desenvolvimento daqueles que têm irmãos, estruturamos a lição nos seguintes pontos: importância dos irmãos; enquadramento da violência entre irmãos no contexto da violência doméstica; dificuldades identificadas no reconhecimento da problemática; definição da violência entre irmãos; identificação de fatores que contribuem para que a violência entre irmãos permaneça silenciada; apresentação de teorias explicativas; identificação de fatores de risco, fatores protetores e consequências da violência entre irmãos; descrição de instrumentos de avaliação da violência entre irmãos; identificação de estratégias de prevenção e intervenção; sugestão de propostas para estudos futuros e conclusão.

OBJETIVOS

Espera-se que, no final desta lição os alunos sejam capazes de:

- compreender a importância dos irmãos;
- situar a violência entre irmãos no contexto da violência familiar;
- identificar diferentes tipos de violência entre irmãos;
- explicar o fenómeno da violência entre irmãos à luz de várias perspetivas teóricas;
- identificar sinais de violência entre irmãos e conhecer estratégias de encaminhamento;
- aplicar o conhecimento teórico em situações práticas, promovendo e desenvolvendo ações de prevenção e intervenção na violência entre irmãos.

1. A IMPORTÂNCIA DOS IRMÃOS

“A maioria das crianças em todo o mundo tem pelo menos um irmão” (Howe et al., 2023; p. 1), sendo que quando nasce um irmão, nasce a fratria (Fernandes & Relva, 2019). O contexto fraterno, para quem tem irmãos, é considerado o “primeiro laboratório social” (Minuchin, 1990; p. 63). Os irmãos e a relação entre eles tende a ser a relação mais duradoira na vida de um indivíduo, comparativamente à relação pais-filhos, por exemplo (Bank & Kanh, 1982). Esta relação tem ainda a particularidade de não poder desfazer-se: não há ex-irmãos (Goldsmid & Feres-Carneiro, 2007), pelo que se torna numa relação imposta.

Os irmãos revestem-se de grande importância, sobretudo pelo papel que desempenham no desenvolvimento social e cognitivo entre si (Dunn, 1992). Veja-se, por exemplo, o que diz respeito à aprendizagem e desenvolvimento de competências de regulação emocional (Bedford & Volling, 2004) e cooperação (Dunn & Munn, 1986), assinalando-se-lhes também funções da vinculação (procura de segurança, porto seguro e base segura) (Feeney & Humphreys, 1996), bem como uma função de proximidade e protetora em contextos familiares adversos (Bank & Kahn, 1982).

Neste enquadramento, é importante relembrar os estudos de Plomin et al. (2001) sobre o *ambiente não partilhado*. De facto, o que os autores concluíram foi que o que torna os irmãos tão semelhantes, não é o ambiente partilhado, mas sim, a carga genética, sendo que duas crianças educadas no seio do mesmo contexto familiar, não são mais parecidas entre si do que duas crianças escolhidas aleatoriamente da população. Este dado é relevante, e simultaneamente complexo, no estudo das fratrias, na medida em que nos desafia a questionar que fatores ambientais contribuem para elas. Neste sentido, outras experiências fora do contexto familiar, nomeadamente a influência dos pares, pode ser fonte de influência do *ambiente não partilhado* a considerar (Plomin et al., 2001).

Pese embora esta relevância que os irmãos parecem ter a nível desenvolvimental, os estudos sobre o sistema fraternal, comparativamente aos realizados, por exemplo, junto do subsistema parental, continuam escassos. Uma revisão sistemática efetuada recentemente por Perez-Brena et al. (2022) no período compreendido entre 2008 e 2018, baseou-se em duas dimensões: a

sociodemográfica (e.g., continente, país) e o subsistema estudado (e.g., conjugal, parental, fraternal). Os resultados sugerem que a maioria dos estudos se foca nos subsistemas conjugal e parental e menos de 5% nos outros parentes ou irmãos. Estes resultados, conduzem desta forma a ter apenas uma visão limitada de um subsistema familiar, e não uma visão integrada de todo o sistema familiar.

Uma última nota relacionada com o estudo das fratrias prende-se com as vicissitudes que acarreta. Em primeiro, em amostras de não gémeos, os irmãos diferem em idade e ordem de nascimento (Noller, 2005), e combinação por sexo ou tipos de fratrias (e.g., meios-irmãos, irmãos adotivos) (Cicirelli, 1995), para além de outras variáveis como o número de irmãos e a diferença entre as idades. No que diz respeito ao tipo de fratria e em particular aos que se encontram em famílias adotivas, as fratrias podem incluir irmãos que já existem antes da adoção e que são irmãos biológicos ou que têm uma relação já estabelecida com o casal adotivo e irmãos que, entretanto, foram colocados nesse acolhimento e com o qual não têm qualquer relação prévia. Há ainda que salientar que à medida que os irmãos crescem há mudanças significativas na natureza das relações entre os irmãos que afeta a forma como estes se influenciam (Dunn, 2007).

2. ENQUADRAMENTO DA VIOLÊNCIA ENTRE IRMÃOS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A família é para muitos de nós o primeiro agente de socialização. Podemos chamar família ou famílias, no entender de Rosa (2015) “a uma realidade com um número infinito de matrizes de agregados domésticos, nos quais se incluem: casais (de direito ou de facto), com ou sem filhos (comuns ou não); pais ou mães sós que vivem com os filhos; pessoas que vivem sem companhia; pessoas que residem no mesmo alojamento partilhando despesas sem, no entanto, qualquer laço de parentesco, etc.” (p. 29).

A família tem sofrido ao longo das últimas décadas mudanças que podem ser entendidas como estruturais e profundas, que trazem para as dinâmicas relacionais consequências incontestáveis. No entanto, a família continua a ser o meio onde

muitos de nós crescem e se desenvolvem, e nos faculta as bases experimentais cumulativas que facilitam o nosso contacto com o mundo exterior.

A família, enquanto grupo social, partilha algumas características e tem também características que a tornam única. Estas características, que a tornam protetora e calorosa, tornam-na também propensa à violência. Straus e Hotaling (1980) elencam alguns dessas características que apresentamos a seguir, assinalando-se esta dupla dimensão (proteção / violência).

1. Tempo para o risco, ou seja, a quantidade de tempo que os membros de uma família passam juntos;
2. Conjunto de atividades e interesses em que se focam as interações que ocorrem entre os membros da família podem gerar disputa ou conduzir a uma falha em relação às expectativas;
3. Intensidade do envolvimento, Existe uma grande variedade de possibilidade para as disputas, mas o grau de ofensas sentidas nessas instâncias é muito maior comparativamente com outras situações ocorridas fora do contexto familiar;
4. Atividades impostas. Muitos conflitos surgem da tomada de decisão relativamente a atividade (e.g., ir ver um filme ou ao *bowling*);
5. Direito à influência. Pertencer à família acarreta o direito implícito de influenciar o comportamento dos outros. Consequentemente, o incómodo relativamente a atividades não desejadas ou impostas pelos outros é frequentemente exacerbada pela tentativa de alterar o comportamento do outro;
6. Discrepância de idade e sexo. As diferenças de idade e sexo dos membros da família, associadas às diferenças geracionais, tornam a família um contexto de conflito culturais;
7. Papéis atribuídos. São atribuídos aos membros da família “papéis de género”, com base sobretudo em características biológicas, em lugar de se basearem na competência ou no interesse;
8. Privacidade da família. Em muitas sociedades as relações e as estruturas familiares criam uma barreira em volta da família, reduzindo o controlo social e dificultando o acesso ao conhecimento do conflito intrafamiliar;

9. Membros involuntários: as relações por nascimento são sempre involuntárias, e menores de idade não podem abandonar a relação, pelo que, quando surge o conflito, a possibilidade de o resolver pelo abandono da relação não é possível (e.g., como acontece com os irmãos);
10. Elevados níveis de stresse. A família é fonte de inúmeros fatores de stresse, quer pela natural instabilidade que a caracteriza, quer em consequência de, ao longo do seu ciclo vital, ocorrerem vários processos que naturalmente provocam mudanças na própria família (e.g., nascimento de uma criança, o surgir de uma doença, divórcio, envelhecimento, reforma, etc.);
11. Conhecimento aprofundado das biografias sociais. Nos membros do subsistema conjugal, por exemplo, a disponibilidade de informação pode ser utilizada para apoiar a identidade do parceiro, sendo que ao mesmo tempo pode ser utilizada para denegrir a sua imagem, o mesmo podendo acontecer em outros subsistemas, como por exemplo no fraternal.

Em suma, um conjunto elevado de características da família tornam-na, para uns, o contexto mais securizante, e para outros o contexto potencialmente mais assustador. É curioso, ainda a propósito destas características associadas a elevadas taxas de conflito, que as mesmas encorajam a proteção, o cuidado e o apoio, tal como a quantidade de tempo que passamos juntos, a privacidade ou o conhecimento profundo que temos do outro (cf. Straus & Hotaling, 1980).

Quando falamos em violência doméstica, habitualmente pensamos na violência perpetrada de um pai/ mãe para um filho/a e na violência conjugal. Mas e então os irmãos? Fazendo eles parte do sistema familiar, não deveria ser igualmente dada atenção? São estas as perguntas que nos têm norteados ao longo de duas décadas. A este propósito, partilho aqui um testemunho, de um total de 150 testemunhas adultas de violência entre irmãos e documentado por Wiehe (1998; p. 168), e que nos permitirá refletir.

“Quando estava no ensino básico, eu tinha peso a mais. A minha irmã mais velha, que não era gorda, começou a gozar comigo sobre o meu peso. Ela chamava-me “bacon”. Passado algum tempo, o meu irmão mais novo começou também a chamar-me este nome. O meu peso era um

tópico de discussão frequente na minha família. Os meus pais diziam coisas como "Tens uma cara tão bonita, se pelo menos te livrasses desse peso extra" e "Ninguém vai querer namorar contigo no ensino secundário a não ser que percas peso!" Os meus pais também tinham a expectativa que eu não comesse sobremesa quando todos na família comiam uma fatia de bolo que a minha mãe tinha feito para o jantar.

Uma vez a minha irmã chamou-me "*bacon*" em frente aos meus colegas. Eles riram. Eu queria chorar, mas sabia que não podia, ainda ia ser pior. Naquela noite contei à minha mãe e ela disse que eu tinha merecido pois não tinha perdido peso. Disse-me ainda que outros iriam chamar-me isso se eu ganhasse ainda mais peso. Eu fiquei muito triste pelo que ela me disse. Ela não sabe, mas eu pensei em cometer suicídio"

Hoje tenho 23 anos, sou solteira e trabalho como secretária numa grande empresa. O abuso emocional que experienciei dos meus irmãos, em que a minha mãe não fez nada, fez de mim uma "solitária". Vou para o meu trabalho, venho para casa e fico no meu apartamento. Estou a pensar juntar-me a um grupo para perda de peso como forma de lidar com a minha baixa-auto-estima"¹.

Trata-se de um testemunho de uma jovem adulta, que procurou apoio psicológico para lidar com os efeitos da violência entre irmãos enquanto ainda adolescente.

A violência entre irmãos está documentada desde que há conhecimento da existência do mundo, recordemos o mito bíblico de Caim e Abel culminando com a morte deste último, por Caim, considerado o primeiro homicídio da história. O fratricídio é, assim, a forma mais fatal de violência entre irmãos (cf. Relva & Kahn 2021). No entanto, o seu estudo data dos finais da década de 70 do século passado (Steinmetz, 1977). Desde então, os estudos têm dado conta que a violência entre irmãos parece ser a forma de violência mais prevalente em contexto familiar (e.g.,

¹ A propósito deste testemunho, o estudo de Keery et al. (2005) com 371 participantes, do sexo feminino, em que estes referiram ter sido gozados pelo menos por um irmão significativo e demonstraram níveis elevados de falta de satisfação, comportamentos bulímicos, depressão e baixa autoestima.

Finkelhor et al., 2015; Straus et al., 1980;), mesmo comparando com a violência de pais para filhos ou a violência entre marido e mulher. Pese embora o reconhecimento da fratria enquanto atores-chave na dinâmica familiar, o seu papel, no entender de alguns autores (e.g., McHale et al., 2012), continua a ser negligenciado por quem estuda a família.

Um dos primeiros estudos conhecidos que faz referência à violência entre irmãos data de 1980 (Straus et al., 1980). Foi realizado junto de famílias norte-americanas, em que os resultados sugeriam que esta forma de violência, no contexto da família, era a mais prevalente, quando comparada com outras formas de violência, mesmo no caso da violência pais-filhos. Desde então, não raras vezes, os títulos referem-se a “*Hidden victims*” (Gelles, 1997), “*Sibling maltreatment: The forgotten abuse*” (Kiselica & Morrill-Richards, 2007), “*Sibling violence silenced*” (Phillips et al., 2009), “Violência entre irmãos: Uma realidade desconhecida” (Relva et al., 2012) e mais recentemente “*Sibling violence: The missing piece in family violence policy*” (Perkins & Grossman, 2020) e pese embora mais de quatro décadas de investigação consistente, continuam a não existir políticas que reconheçam esta forma de violência (Perkins & Grossman, 2020). Esta ausência de políticas públicas que reconheçam claramente a existência de violência entre irmãos enquanto componente da violência familiar, à semelhança do que acontece em outros países, nomeadamente no EUA, pode contribuir para que, quer profissionais, quer crianças e adolescentes ignorem a violência entre irmãos (Phillips et al., 2009), contribuindo para a sua manutenção.

É ainda importante referir a prevalência da violência entre irmãos, cujos valores variam em função do país. Nos Estados Unidos da América, em 1977, Steinmetz, encontrou taxas de prevalência de violência física superiores a 70%. Já em 1990, Goodwin e Roscoe, confirmou estes dados. Num estudo retrospectivo, mais de 95% dos participantes reportaram terem perpetrado e/ou terem sido vítima de algum nível de agressão com o seu irmão ou irmã mais conflituosa quando tinham entre 10 e 14 anos (Mathis & Mueller, 2015). Um estudo atual realizado na Malásia por Tharshini e Hassan (2025), com 595 adultos emergentes, demonstrou que 83.03% experienciaram violência entre irmãos, sendo que a violência psicológica foi o tipo mais prevalente. Na Turquia, um estudo recente realizado por Deniz et al. (2023) revela que mais de metade dos adolescentes (51%; n=159) reportaram a

ocorrência de algum tipo de violência entre irmãos mais de uma vez por semana. Num estudo recente, conduzido por Toseeb et al. (2025), que contou com dados de 18 países, verificaram-se variações nas taxas de prevalência, tendo sido encontrada na Albânia a taxa de prevalência mais baixa (9%) e a mais elevada na Malásia (59%); quanto aos restantes países, as prevalências variavam entre os 19 % e os 37 %. Estas discrepâncias parecem dever-se a um conjunto de fatores não apenas relacionados com as inconsistências na concetualização e avaliação da violência entre irmãos, mas também a uma multiplicidade de fatores, tais como: diferenças individuais, família, características culturais das diferentes amostras estudadas (e.g., culturas coletivistas vs culturas individualistas). Em Portugal, num estudo retrospectivo com estudantes universitários, verificou-se uma elevada prevalência da agressão psicológica, com 90% dos participantes a reportarem pelo menos uma ocorrência e 70% para o sexo masculino e 71% para o sexo feminino a reportarem pelo menos uma ocorrência ao nível da agressão física (Relva et al., 2013a).

Por fim, importa destacar a universalidade da violência entre irmãos, sendo gradualmente reconhecida a sua ocorrência em vários países, a destacar EUA (Button & Gealt, 2010; Hardy, 2001), Malásia (Tharshini & Hassan, 2025), Inglaterra (Khan & Rogers, 2015), Israel (Omer et al., 2008); Itália (Menesini et al., 2010); Canadá (Bevc & Silverman, 2000), Turquia (Deniz et al., 2023) e Austrália (Boxall et al., 2024) entre outros.

3. FATORES QUE CONTRIBUEM PARA QUE A VIOLÊNCIA ENTRE IRMÃOS PERMANEÇA SILENCIADA: DIFICULDADES NO RECONHECIMENTO DA PROBLEMÁTICA

Conforme já referido anteriormente, a violência entre irmãos continua pouco reconhecida por profissionais de diferentes áreas, pais e sociedade. Para além da ausência deste reconhecimento em geral, é importante aprofundar alguns dos motivos pelos quais a violência entre irmãos permanece silenciada.

Num estudo retrospectivo que realizámos há cerca de 10 anos, cujo objetivo era avaliar a perceção das vítimas quanto à violência reportada entre irmãos (Relva et al., 2014a), inquirimos quinhentos e oitenta e oito estudantes universitários (219 do

sexo masculino), com idade média de 20 anos (± 4), todos com irmãos. Pedimos-lhes que indicassem o sexo do irmão com quem experimentaram mais conflitos durante o período de referência etária (13 anos). A administração do *Self-Labeling of Personally Experienced Violence* (Kettrey & Emery, 2006), permitiu avaliar, numa escala de 1 (“Definitivamente não”) a 10 (“Definitivamente sim”), até que ponto os desentendimentos ocorridos com o irmão/irmã poderiam ser considerados “conflito”, “rivalidade”, “agressão”, “violência” e “abuso”. Os resultados sugeriram que as dimensões de “conflito”, “abuso” e “violência” foram valorizadas de modo semelhante entre os participantes vitimizados, independentemente das formas de violência implicadas. Adicionalmente, os resultados sugerem que não só os vários tipos de abuso deixam de ser considerados como “violência”, como as próprias vítimas têm dificuldade em reconhecer-se como tal. Desse modo, dado o carácter dos abusos ser socialmente validado como “inócuo” e os ofensores desresponsabilizados aos olhos dos pais e agentes educativos, resta aos irmãos violentados “reinterpretarem a realidade e a frequência dos abusos” (Relva et al., 2014a; p. 263), contribuindo também para o não reconhecimento e normalização do sucedido pelos próprios.

Vejamos agora os resultados de um estudo recentemente realizado na Austrália (Elliott et al., 2020). Este estudo contou com 23 participantes, maioritariamente do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 16 e os 71 anos. Os participantes, para além de verbalizarem terem experienciado violência física e psicológica, enfrentaram também um conjunto de dificuldades, nomeadamente: o facto de os adultos significativos não acreditarem neles; a violência ser perspectivada como sendo um comportamento normal entre irmãos; a incapacidade em aceder a serviços de apoio sem a ajuda dos pais ou de outros adultos; tristeza pela perda da relação fraterna e; ressentimento para com os pais pela sua inação contra a violência (Elliot et al., 2020). De acordo com a análise dos autores, estes resultados permitem aferir a existência de várias barreiras que impedem a vítima de procurar ajuda externa à família, o que, no nosso entender, também contribui para a perpetuação da ocorrência da situação abusiva.

Meyers (2015), por seu lado, identifica alguns fatores que contribuem para o silenciamento da ocorrência da violência entre irmãos:

i) maus-tratos e negligência parental - são assumidos como uma forma de gerir o relacionamento entre irmãos, verificando-se que tanto a vítima como o perpetrador são a fonte de frustração parental;

ii) sistema familiar fechado, em que a maioria das situações abusivas entre os irmãos permanece silenciada; na ausência da sua identificação como um problema por pelo menos um dos pais, não há por parte destes a atitude de procurar ajuda para os comportamentos ou para os problemas, redundando na confirmação da ausência do seu reconhecimento por parte da sociedade como outras formas de violência, tal como já anteriormente referimos; e finalmente

iii) barreiras institucionais, na medida em que os contextos de saúde mental e de apoio social direcionados para crianças e famílias continuam o seu foco primeiramente na avaliação dos subsistemas conjugal e parental, ignorando o fraterno.

Face ao exposto, verifica-se que um conjunto elevado de fatores contribuem para que a violência entre irmãos, pese embora a evidência científica demonstre a sua elevada prevalência, permaneça silenciada, conforme já constatado.

Comportamentos disruptivos que ocorrem entre os irmãos são frequentemente vistos como “normais”, fazendo parte do processo de desenvolvimento das crianças. Aliás, a aceitação histórica de violência entre irmãos como sendo normal e inevitável dificultou o estabelecimento de taxas de violência entre irmãos (Gelles, 1997), não só no passado, como nos dias de hoje.

Vários são os estudos que dão conta desta normalização (Relva et al., 2014a; Rypi, 2023). Expressões como “*o meu irmão bateu-me e eu estou bem*”, assim como, “*coisas de crianças*” (“*kids stuff*”, Finkelhor et al., 2006), minimizam e validam a continuação destes comportamentos (Caspi, 2012). A acrescentar, e como sugere Meyers (2015), os pais que não reconhecem a violência entre irmãos e consideram que este comportamento aceitável passam ao perpetrador a mensagem implícita que ele tem permissão para continuar e, inversamente, à vítima a mensagem de que ela não é valorizada.

De facto, as próprias vítimas têm dificuldade em assumir que o são, como podemos ver no testemunho de uma jovem ao descrever, a nosso pedido, o episódio mais ameaçador ou violento ocorrido com um irmão(ã):

“Lutas de irmãos, resolvidas em 10 minutos”.

E como terminou?

“Em tarefa.” (C., 18 anos)

Este testemunho espelha e resume a leitura que muitos pais fazem do comportamento abusivo dos seus filhos: “coisas de irmãos”, sendo interiorizado por muitos dos nossos jovens e crianças não só como frequente, como dentro da normalidade, o que contribui para a sua ocorrência. O estudo de Khan e Rogers (2015) corrobora esta posição, reiterando a “normalização da violência entre irmãos” (pág. 15).

Outro aspeto que, no nosso entender, tem contribuído para a ausência de reconhecimento da violência entre irmãos é a divergência quanto à classificação de um ato como criminoso ou não conforme a idade do seu autor: um ato violento perpetrado por um adulto face a uma criança é frequentemente rotulado como crime, mas quando perpetrado por uma criança relativamente a outra criança é considerado conflito ou rivalidade. A este propósito, Finkelhor et al. (2006) identificam um conjunto de crenças socialmente estabelecidas que se constituem como premissas.

As premissas identificadas por Finkelhor et al. (2006) são as seguintes:

- 1) as crianças não podem ser julgadas baseados em *standards* morais ou legais – logo, comportamentos realizados por crianças/ adolescentes não podem ser considerados crimes;
- 2) a violência entre crianças é menos violenta, tem menos consequências e é menos ameaçadora – por isso, as crianças serão menos impactadas pela violência sobretudo porque a interpretam como normal e não se sentem tão estigmatizados (Finkelhor et al., 2006).
- 3) a violência entre crianças tem menos impacto; por isso, embora ser vítima de violência cause dor e sofrimento, estas são experiências salutares e educativas, e isso mitiga qualquer dano que alguém possa imputar a tal experiência.

Finkelhor e colaboradores (2006) procuraram avaliar estas premissas, com uma amostra de 1000 crianças/ adolescentes (idades 10–17) e 1030 cuidadores de crianças com idades entre os 2 e os 9 anos. De uma forma abreviada, os autores concluíram que existe pouca evidência de que a violência entre pares fosse menos séria ou com menores consequências para os jovens; comparativamente à violência

em jovens mais velhos, crianças pequenas eram mais frequentemente agredidas com um objeto que podia causar danos; relativamente à associação entre violência entre pares e traumas existia uma associação significativa, não existindo evidência de que as crianças fossem menos resilientes ou menos afetadas pela violência. Para concluir, a violência entre irmãos, quando comparada com a violência entre pares, era uma condição muito mais crónica. Em suma, estes resultados estão longe de confirmar as premissas inicialmente apresentada por Finkelhor et al. (2006), e devem constituir para nós um ponto de reflexão.

Além disso, vários estudos confirmam que, longe de ser menos ameaçadora ou danosa, “a natureza impulsiva das crianças agressoras, combinada com as diferenças físicas, cognitivas e sociais em relação ao(s) irmão(s) vítima(s), pode fazer delas agressores mais ameaçadores do que os agressores adultos” (Relva, 2015; p. 247).

Ao longo dos anos, tem sido feita referência ao uso indiferenciado de vários termos para violência entre irmãos, o que parece ter contribuído para dificultar uma clara perceção do fenómeno (cf. Eriksen & Jensen 2009; Relva et al., 2012). De facto, já em estudo que realizámos em 2012, dávamos conta que termos como “abuso”, “violência”, “agressão”, “conflito”, “rivalidade” e “*bullying*” eram frequentemente utilizados de forma indiscriminada.

Com o intuito de contribuir para a clarificação de conceitos, vários autores têm procurado diferenciar rivalidade e violência entre irmãos. A rivalidade entre irmãos é frequentemente caracterizada pela interação que leva a uma competição saudável sem que ninguém se magoe. Quando ocorre um conflito entre irmãos em que a recompensa é a posse de algo que o outro também quer, este conflito pode supostamente contribuir para o fortalecimento desta relação, nomeadamente no que diz respeito ao ensinar as crianças a partilhar (Caffaro & Conn-Caffaro, 1998; Caffaro, 2022). No entanto, a rivalidade não inclui a intenção de magoar, contrariamente à violência entre irmãos, cujo objetivo é magoar e inclui vários tipos de violência. Esta clarificação de conceitos reveste-se de extrema importância, sobretudo se queremos que esta forma de violência, considerada por vários autores como sendo a mais prevalente, conforme já referido, seja compreendida por profissionais que potencialmente entrarão em contacto com vítimas no seu contexto de trabalho (Rypi, 2023).

A título de exemplo, um estudo qualitativo recentemente conduzido na Suécia por Rypi (2023), procurou contribuir para a clarificação da fronteira entre a violência entre irmãos e as “lutas” entre irmãos junto de assistentes sociais e psicoterapeutas. Os resultados sugerem haver um consenso entre os participantes de que o tema da violência entre irmãos é importante e que não tem recebido a atenção que merece, sendo que os próprios profissionais reconhecem que a “querelas entre irmãos” mesmo quando aparentam serem sérias, são vistas como normais e como importantes partes do desenvolvimento das crianças, pese embora assumam a sua surpresa de como é que nunca tinham percebido este fenómeno. Este estudo reflete que, embora seja reconhecida a diferenciação entre rivalidade e violência entre irmãos, a sua fronteira ainda não está claramente identificada (Rypi, 2023). Já anteriormente, em 2009, Phillips et al., exploraram junto de enfermeiros os discursos em torno desta questão. De acordo com Tucker et al. (2014), a agressão é caracterizada pelas suas formas (isto é, física vs. social ou relacional) e as suas funções (i.e., as motivações por detrás dos atos agressivos), enquanto que a violência entre irmãos inclui várias formas de violência; para além da física ou social, a emocional, a psicológica, ou mesmo a económica (Elliot et al., 2020).

4. DEFINIÇÃO DE VIOLÊNCIA ENTRE IRMÃOS

No seguimento do ponto anterior, importa definir o que entendemos por *violência entre irmãos*. Este conceito tem sido utilizado por vários autores (e.g., Boxall et al., 2024; Button & Gealt, 2010; Caffaro, 2008; Edet, 2025; Eriksen & Jensen, 2009; Finkelhor et al., 2006; Hoffman & Edwards, 2004; McDonald & Martinez, 2016; Perkins & Grossman, 2020; Phillips et al., 2009).

Ao longo desta lição iremos referir-nos à violência entre irmãos englobando todos os tipos de comportamentos violentos que ocorrem entre irmãos (cf. Relva, 2013). O próprio termo violência é suportado pelo recurso às escalas CTS2-SP (Straus et al., 1996), o que permite avaliar a violência entre irmãos nos seus diferentes tipos (física, sexual e psicológica) e de modo bidirecional, isto é, permite avaliar a existência de diferentes papéis nesta dinâmica, a saber, o papel de vítima, o papel de agressor ou ambos os papéis vítima-agressor.

Assim, a violência física perpetrada por um irmão inclui comportamentos mais frequentes que vão desde o bater, puxar o cabelo, espancar, beliscar, esbofetear, empurrar, dar socos (Wiehe, 1998), podendo ser severa ou não, dependendo do uso de armas e se deixa ou não sequelas físicas. Atirar objetos, torcer o braço ou puxar o cabelo, empurrar ou apertar, e dar uma bofetada parecem ser comuns entre irmãos (Relva et al., 2014b). As formas mais severas de violência física incluem o uso de cabides, escovas de cabelo, cintos, paus, facas, armas e espingardas, vidros partidos e tesouras, capazes de infligir sequelas e dor (Wiehe, 2000).

A violência psicológica entre os irmãos pode assumir os seguintes comportamentos: chamar nomes, ridicularizar, exacerbar o medo e ameaçar estragar objetos (Wiehe, 1998). Há também relatos de humilhação pública, mentiras sobre ter sido adotado, ameaças sobre disciplina parental, e vergonha pela orientação sexual/ de género (McDonald & Martinez, 2019).

Refira-se ainda a violência sexual, que quando perpetrada por um irmão representa uma forma particular de violência pelas consequências que acarreta. Dadas as suas características únicas e considerações em comparação com as outras formas de violência entre irmãos, requer intervenções diferenciadas (cf. Caspi, 2012), pelo que este tipo de violência não será abordado nesta lição, embora em 2017 tenhamos aprofundado a temática a convite de Murray Straus, autor das CTS2-SP (Relva et al., 2017). Essa abordagem, igualmente importante e que não deve permanecer silenciada, ficará decerto para uma futura oportunidade.

5. TEORIAS EXPLICATIVAS

Têm sido sugeridas várias teorias explicativas para a ocorrência da violência entre irmãos e que procuram dar o seu contributo para a compreensão deste fenómeno. Num artigo teórico, Whiteman et al. (2011) fazem referência a um conjunto de teorias explicativas do relacionamento na fratria, algumas das quais têm sido utilizadas para explicar o fenómeno da violência entre irmãos.

A Teoria Feminista, como referem Hoffman e Edwards (2004), sugere que o abuso sobre as mulheres se encontra diretamente relacionado com a visão patriarcal da sociedade. Deste modo, os autores consideram que a forma patriarcal de funcionamento das famílias, ideais de masculinidade, e a aceitação cultural do uso

da força para ganhar o controlo ou para resolver os conflitos, criam um contexto social para a ocorrência de violência direcionado às mulheres e outras formas de abuso. Partindo desta teoria, justifica-se que crianças mais novas – que, em comparação com crianças mais velhas, não têm a vantagem da força física, da responsabilidade (i.e., poder) e do conhecimento e as irmãs do sexo feminino que também são menos propensas a possuir maior força física e poder – têm uma maior probabilidade de vitimização pelos irmãos, em comparação com os irmãos mais velhos e do sexo masculino (cf. Button & Gealt, 2009).

A Teoria da Vinculação (Bowlby, 1969) dá igualmente um grande contributo para a compreensão dos relacionamentos, onde os irmãos se incluem, naturalmente. Bowlby (1969) considerava que a sobrevivência dos seres humanos, sobretudo nas crianças, era assegurada através da manutenção da existência de uma figura de vinculação. Assim, a vinculação que a criança estabelece (ou não) na família é extremamente importante na forma como ela verá situações futuras que ocorrem fora deste contexto familiar (cf. Relva et al., 2019). Segundo Mota (2016; p. 1116) esta ligação afetiva caracteriza-se pela sua permanência no tempo, “facilitando a procura de proximidade, quer física quer emocional, sendo especialmente relevante em situações geradoras de stress”. Em alguns casos, os irmãos mais velhos podem assumir o papel de figura de vinculação ou base segura para com os irmãos mais novos, sobretudo em situações percebidas como de ameaça (Ainsworth, 1989), pese embora os estudos sobre a vinculação no relacionamento entre irmãos sejam ainda escassos (Whiteman et al., 2011). Bank e Kahn (1997) consideram que “a vinculação aos irmãos pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento precoce da personalidade da criança” (p. 27). No entanto, tomando como ponto de partida esta teoria, é expectável que certas características, quer dos pais, quer da própria parentalidade; particularmente, a parentalidade positiva poderá funcionar como um fator protetor contra qualquer forma de situação abusiva entre os irmãos (Dantchev & Wolke, 2019), sendo que um relacionamento entre irmãos caracterizado por distanciamento poderá ser um fator de risco para a violência entre eles (Relva et al., 2019).

A Teoria Familiar Sistémica percebe a família como um organismo vivo constituído por diversos subsistemas familiares (cf. Caspi, 2012), em que estes se influenciam mutuamente (Minuchin, 1990). Assim sendo, quando num subsistema

familiar é utilizada a violência como forma de resolver os problemas, um outro subsistema, como é o fraterno, poderá ser influenciado pelo que ocorre no subsistema com o qual se relaciona. Fatores como o conflito parental ou o favoritismo (Minuchin, 1974) são percebidos como fatores capazes de influenciar o modo como os irmãos se relacionam.

Também a Teoria do Conflito nos ajuda a explicar a presença inevitável do conflito nas interações humanas (Straus, 1979), sendo que a violência enquanto tática de resolução de conflitos não o é (cf. Relva et al., 2012). Segundo Straus (2007) não é o conflito que é prejudicial por si mesmo, mas o uso da coerção, força e violência como estratégia para resolver o conflito. Terá sido com base nestes argumentos que Straus (1973) desenvolveu as *Conflict Tactics Scales* (revistas em 1996, dando origem às *CTS2-Revised*; cf. Straus et al., 1996), que têm sido dos instrumentos mais utilizados em todo o mundo para avaliar as estratégias de resolução dos conflitos no contexto familiar. As CTS são um instrumento de autorrelato em que é solicitado aos participantes que indiquem com que frequência usaram uma variedade de táticas de conflito, num determinado relacionamento, ajustado em função da situação em que se aplica (e.g., pais-filhos, conjugal, irmãos). Neste sentido, e como referem Hoffman et al. (2005), partindo da perspectiva do conflito, a violência entre irmãos pode resultar da raiva proveniente do favoritismo parental, por tentativas de obter o controlo de recursos considerados valiosos.

A Teoria da Aprendizagem Social de Bandura (1977) tem sido uma das mais utilizadas para explicar a ocorrência da violência entre irmãos (cf. Menesini et al., 2010). Esta teoria preconiza que os indivíduos aprendem os comportamentos através da observação, imitação e reforço do meio social, incluindo os que ocorrem em casa, sejam eles comportamentos positivos ou negativos. Assim sendo, quando ocorrem interações negativas entre pais e filhos, o uso de punição física e disciplina inconsistente facultam aos mais jovens modelos de violência (Bandura, 1977). Assim, e de acordo com a Teoria da Aprendizagem Social, a exposição a vários modelos agressivos de interação social (violência conjugal; violência pais-filhos, violência entre irmãos e violência entre pares) devem funcionar como preditores da perpetração de violência direcionada contra outro irmão/irmã (Dantchev & Wolke, 2019).

Por fim, e não menos importante, a Teoria Ecológica de Bronfenbrenner (1979), tem sido frequentemente utilizada para auxiliar na compreensão de fenómenos de violência, como por exemplo o *bullying* (Hong & Espelage, 2012). Esta teoria tem como elemento chave os contextos de desenvolvimento. Estes (desde o *micro-*, o *meso-*, o *exo-*, *macro-*, ao cronossistema), não só influenciam o desenvolvimento do indivíduo, mas também são importantes para a compreensão do relacionamento entre os irmãos. Podemos ainda falar de fatores proximais (e.g., microssistema) e fatores mais distais (e.g., macrossistema).

Pese embora o contributo das várias teorias para a compreensão da violência entre irmãos, não podemos deixar de sublinhar que uma única teoria não é capaz de explicar a multiplicidade de características que uma relação fraterna possui em si mesma, atendendo às suas características desenvolvimentais e às diferenças individuais que ao longo do tempo vão sendo influenciadas por outras variáveis, atendendo à multidimensionalidade do desenvolvimento.

6. FATORES DE RISCO

Pese embora a literatura continue escassa, os resultados dos estudos existentes apontam para alguns fatores de risco que parecem estar presentes na ocorrência de situações de violência em contexto fraterno. Apesar de ocorrer a distinção entre diferentes tipos de violência, sublinha-se o facto de a violência psicológica estar associada a outros tipos de violência como a física e a sexual, sendo por vezes, complexa a sua distinção no que diz respeito aos fatores de risco de que agora nos ocuparemos.

Os fatores de risco podem ser organizados em três grandes tópicos: familiares, individuais e extra-familiares (cf. Relva, 2023a). Não obstante possamos distinguir as características das vítimas e dos agressores, também não raras vezes perpetradores de violência entre irmãos, foram também, eles próprios, vítimas. A título de exemplo, crianças com Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção e os seus irmãos, ambos parecem ser vítimas e perpetradores (Peasgood et al., 2016).

Dentro dos fatores familiares, são vários os correlatos que têm surgido na associação com a violência entre irmãos. Assim, em famílias em que se verifica a

violência entre irmãos, constata-se a existência de outras formas de violência (Noller, 2005; Button & Gealt, 2009; Straus et al., 1980), nomeadamente violência conjugal (Dantchev & Wolke, 2019; Relva et al., 2013b), e/ou violência pais-filhos (Kiselica & Morrill-Richards, 2007). Também Hoffman et al. (2005) verificaram que pais gritarem com um dos filhos estava associado positivamente à frequência com que irmãos discutiam. Também as comparações efetuadas pelos pais, particularmente entre os filhos do sexo masculino, contribuem para o aumento da violência entre irmãos nomeadamente no que diz respeito aos problemas quanto a partilharem objetos e também às discussões (Hoffman et al., 2005); um tratamento paternal diferenciado estava também associado a um relacionamento negativo entre irmãos (Relva et al., 2019). Também a intervenção parental no conflito entre irmãos pode conduzir à violência entre irmãos, na medida em que os pais ao ignorarem o conflito entre os filhos ao invés de intervirem assumem que as discussões e a violência física são normais (Hoffman et al., 2005). A existência de estudos junto de crianças que foram adotadas juntamente com os seus irmãos e em que a violência entre irmãos tenha sido estudada é escassa. A dificuldade prende-se, sobretudo, com a dificuldade de acesso a estas amostras, não apenas por questões de confidencialidade, mas também pelo risco de se adicionar maior stresse a uma situação já de si potencialmente stressante (Perkins & Stoll, 2016). Um dos poucos estudos conduzidos na área foi realizado por Linares (2006). Foi efetuado com 120 crianças com irmãos, em que os dados foram recolhidos nos primeiros três meses de colocação na família adotiva, sendo que 87% tinham sido negligenciadas e 17% fisicamente abusadas pelas famílias de origem. O estudo permitiu concluir que estas crianças estavam em elevado risco de serem, quer vítimas, quer perpetradoras de violência entre irmãos, atendendo às suas histórias de vida marcadas por adversidade. No que diz respeito ao acolhimento residencial, os estudos sugerem que partilhar com irmãos um acolhimento residencial é uma experiência complexa, pois, dependendo do fator, este pode ser protetor ou de risco (Martín & González-Navasa, 2021). A vitimização de irmãos é ainda mais comum em famílias brancas e instruídas (Tucker et al., 2020b) e famílias numerosas (Dantchev & Wolke, 2019).

No que diz respeito aos fatores individuais, a idade e o sexo têm surgido como fatores de risco. No que concerne ao sexo, por exemplo Eriksen e Jensen (2009), verificaram que os perpetradores de violência entre os irmãos tendem a ser mais

velhos e do sexo masculino. O mesmo tendo sido verificado por Dantchev e Wolke (2019). Recentemente Cvancara et al. (2024) encontraram variações ao nível do sexo, forma e papéis desempenhados que indicam que esta forma de violência, quando comparada com o *bullying* entre pares, é única. Assim, com uma amostra de estudantes universitários da Argentina, Estónia, e dos Estados Unidos, os autores realizaram um estudo retrospectivo com o objetivo de explorarem as suas experiências envolvendo a violência entre irmãos. Numa amostra de 3477 participantes, em que cerca de 50% dos adultos emergentes reportaram terem experienciado violência entre irmãos, sendo o papel agressor-vítima o mais reportado por ambos os sexos e o ser perpetrador de violência pelos irmãos pelo sexo masculino e vítimas pelo sexo feminino. Quando efetuadas comparações entre os participantes dos vários países, as frequências variam em função do sexo (masculino / feminino), sugerindo que as experiências de violência entre irmãos são influenciadas culturalmente. Relativamente aos comportamentos mais utilizados e a sua relação com o sexo, verificou-se que as taxas de comportamentos violentos como asfixiar, bater, ameaçar com o uso de uma arma e usar uma arma eram mais elevadas em irmãos (Hoffman et al., 2005). A idade tende a ser um forte preditor da violência entre irmãos (Button & Gealt, 2009). Os irmãos mais novos são frequentemente mais vitimizados por outros irmãos, frequentemente irmãos mais velhos e rapazes envolvem-se mais frequentemente em situações de violência com outros irmãos comparativamente com as raparigas (Brett et al., 2023; Hoffman et al., 2005). Assim, a violência entre irmãos tende a ocorrer sobretudo na infância, havendo estudos que sugerem que é quando o irmão mais velho tem entre 10 e 14 anos (Straus et al., 1980) sendo menos frequente na idade adulta (Tucker, 2024). Pressupõe-se que, com a idade, eles se tonam mais competentes e independentes (Button & Gealt, 2009). Ainda em relação a fatores individuais, num estudo recente Peng et al. (2022), constatou que adolescentes LGBTQ, quando comparados com adolescentes heterossexuais, estão em risco acrescido de serem vitimizados pelo irmão/ irmãos. Também usando uma amostra nacional representativa nos EUA, junto de uma amostra de 780 adultos cuidadores com pelo menos dois filhos, com idades compreendidas entre os 0 e os 9 anos, Tucker et al. (2017) verificaram que crianças com uma incapacidade física ou percebida como diferente do ponto de vista do peso médio (como sendo mais magro do que a média ou com excesso de peso)

estavam em maior risco de ser vítimas em contexto fraterno. Por fim, a dependência de um irmão face a outro mais velho, e mais “poderoso”, assim como a ausência de relações de suporte colocam a vítima numa posição de maior fragilidade (Caffaro & Conn-Caffaro, 1998).

Relativamente aos fatores extra-familiares, há a destacar alguns que contribuem sobretudo para a manutenção da violência entre irmãos. Como já vimos anteriormente, o facto de a sociedade em geral aceitar este tipo de violência (Phillips et al., 2009) através do discurso de normalização, contribui para a manutenção deste tipo de fenómenos.

7. FATORES PROTETORES

Não obstante a maioria dos estudos estar centrada na análise dos fatores de risco, conforme analisado no ponto anterior, existe alguma investigação relativa à identificação de fatores considerados protetores da ocorrência da violência entre irmãos, aos quais vamos agora dar relevo. A identificação dos fatores protetores (i.e., aqueles que protegem e/ ou diminuem o risco de as crianças e jovens serem vitimizados pelos irmãos) podem contribuir para informar futuros trabalhos direcionados para reduzir a violência entre irmãos (Toseeb et al., 2025). Foi recentemente realizado um estudo por Tucker et al. (2020a) com uma amostra representativa dos Estados Unidos da América com 850 participantes com idades compreendidas entre os 10 e os 17 anos (49% do sexo feminino). Os resultados sugerem que o suporte familiar e dos amigos reduzem os efeitos adversos da vitimização pelos irmãos. Também a parentalidade positiva, conforme referido anteriormente, poderá funcionar como um fator protetor contra qualquer forma de situação abusiva entre os irmãos (Dantchev & Wolke, 2019),

Também em Portugal, pese embora num estudo não representativo, com 192 adolescentes, verificou-se que a perceção destes quanto ao modo como os pais tratavam os filhos estava associada a uma forma positiva de resolver os conflitos na fratria (Relva et al., 2019).

Toseeb et al. (2025) verificaram que, de um modo geral, os contextos familiares, de vizinhança e escolares considerados positivos estão associados a uma redução da vitimização por violência entre irmãos, não se verificando o mesmo nos

ambientes positivos a nível nacional. Os autores, utilizando a teoria de Bronfenbrenner (1979), consideram que, para os adolescentes, as suas experiências com ambientes positivos proximais (i.e., o microssistema) são importantes, mas com os seus ambientes positivos distais (i.e., o macrossistema) não o são. Em mais de metade dos países estudados verificou-se que os participantes que tinham experienciado contextos familiares positivos eram menos vitimizados pelos irmãos, ao passo que na outra metade dos países estudados o mesmo acontecia quando os participantes percebiam como positivos os contextos escolares e de vizinhança, permitindo concluir que, em alguns países, a intervenção pode passar pelo desenvolvimento de ambientes familiares mais favoráveis e em outros os contextos escolares e de vizinhança.

8. CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA ENTRE IRMÃOS

A história tem-nos demonstrado que qualquer que seja o tipo (e.g., físico, sexual ou outro) e a forma (e.g., violência pais-filhos, violência conjugal) de violência, esta deixa consequências, não apenas para vítimas, como também para agressores, tanto a curto prazo como a longo prazo. Neste sentido, importa trazer algumas das consequências que as vítimas de violência física perpetrada em contexto fraterno manifestam, ainda que nem todas “desenvolvam problemas psiquiátricos que requeiram tratamento no âmbito da saúde mental” (Caffaro, 2022; p. 14). É de reforçar que as crianças que foram vítimas, quer pelos pares, quer por irmãos, estão em maior risco de apresentarem problemas de saúde mental quando comparadas com as crianças que foram vitimizadas apenas por irmãos ou apenas pelos pares (Tucker et al., 2020b).

Embora, como referido anteriormente, existam diferentes tipos de violência, é complexo separarmos quais as consequências que cada tipo de violência acarreta. Por isso, deixamos apenas algumas notas.

A violência física perpetrada no contexto fraterno tem consequências para as vítimas em vários âmbitos, como identificado em estudo que recentemente realizámos (cf. Relva, 2023b). Para além das consequências a nível físico (lesões mais ou menos graves), no que diz respeito às consequências para a saúde mental, ter sido vítima de violência física entre irmãos surge frequentemente associado a baixa

autoestima (Graham-Bermann & Cutler, 1994; Mota et al., 2023; Tucker et al., 2020a), ansiedade (Bowes et al., 2014; Mackey et al., 2010), depressão (Wiehe, 1998), delinquência (Tucker et al., 2020a), problemas alimentares, ideação suicida e perturbação de stress pós-traumático (Wiehe, 1998).

Como consequência na dimensão relacional, foi possível identificar uma transferência do padrão relacional da violência entre irmãos para outros relacionamentos, nomeadamente com os pares (Menesini et al., 2010), e em contexto de namoro para ambos os sexos (Noland et al., 2004; Simonelli et al., 2002). No que diz respeito ao relacionamento entre irmãos na idade adulta parece ficar comprometido quando ocorreu violência entre irmãos numa idade mais precoce, nomeadamente contribuindo esta para baixos níveis de proximidade emocional percebida (Kong & Goldberg, 2022).

Em 2014, Tucker et al., constataram que os perpetradores de violência entre irmãos estavam em risco acrescido de consumirem substâncias (nomeadamente álcool e drogas) e terem outros comportamentos delinquentes, como faltar à escola. Também Button e Gealt (2009) verificaram uma associação entre a violência entre irmãos e o uso de substâncias (cigarros, álcool e cannabis), delinquência e agressão, enquanto Dantchev et al. (2018) verificaram que as vítimas tinham uma maior probabilidade de serem dependentes de nicotina.

A longo prazo tem-se verificado que adultos, vítimas de violência entre irmãos enquanto adolescentes, apresentam frequentemente dificuldades emocionais e comportamento agressivo (Mathis & Mueller, 2005) depressão e automutilação (Bowes et al., 2014), assim como baixo sentido de competência, baixa autoestima e reduzida satisfação com a vida assim como mais problemas de internalização (Plamondon et al., 2021) reportando também sentimentos de inferioridade, inadequação e inutilidade (Wiehe, 1998).

9. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA VIOLÊNCIA ENTRE IRMÃOS

A utilização de instrumentos de avaliação no contexto da psicologia reveste-se de extrema importância pois é o garante da evidência científica e, a partir daí, permite encontrar caminhos para a intervenção eficaz, a recuperação do bem-estar individual e comunitário que é a finalidade da Psicologia. Assim, descrevemos a

seguir, de forma sucinta, alguns instrumentos, quer de cariz quantitativo, quer de cariz qualitativo, bastante informativos para a identificação e caracterização da violência entre irmãos.

O *Brother-Sister Questionnaire* (BSQ) foi desenvolvido por Graham-Bermann e Cutler (1994) e adaptado por nós para a população portuguesa (Relva et al., 2017). Este instrumento poderá contribuir num primeiro momento para discriminar um bom relacionamento de um relacionamento disfuncional entre irmãos. Trata-se de um questionário de auto-relato, direcionado para adolescentes e que permite avaliar a empatia, a manutenção de limites, as semelhanças e a coação num relacionamento entre irmãos.

O *Juvenile Victimization Questionnaire* (JVQ) tem sido utilizado para a polivitimização, sendo também utilizado para avaliar a vitimização por um irmão (Finkelhor et al., 2005). Se um participante responde que ocorreu alguma forma de vitimização na infância (Sim/ Não), são efetuadas perguntas adicionais com o objetivo de identificar as características do perpetrador, se o acontecimento ocorreu no último ano, se foram usadas armas e se resultaram lesões. Este instrumento permite avaliar quatro ou mais dos seguintes tipos de vitimização: crime convencional; maus-tratos a crianças; vitimização por pares ou irmãos; testemunhar vitimização, vitimização sexual. No que diz respeito à violência entre irmãos, o questionário JVQ permite recolher informação sobre a sua ocorrência no último ano (1/0), bem como agrupar a informação classificando a violência quanto à sua intensidade como *leve* (golpe, ser espancado ou atacado sem um objeto e sem lesão) ou *grave* (bater, ser espancado ou atacado com um objeto, de que resultou uma lesão); quanto à sua direção ou finalidade, como vitimização *física*, vitimização *patrimonial* (e.g., itens roubados, itens quebrados ou estragados de propósito) e vitimização *psicológica* (a criança sentiu-se mal ou ficou assustada porque o irmão/colega lhe chamou nomes, contou coisas maldosas sobre si ela ou disse-lhe que não a queria por perto). O JVQ tem sido utilizado frequentemente para avaliar a ocorrência de situações de polivitimização, inclusive da vitimização por irmãos em vários países, nomeadamente EUA (e.g., Tucker et al., 2020), Austrália (Fitz-Gibbon et al., 2020) e em Portugal (Almeida et al., 2020), embora em Portugal o foco do estudo não tenha sido a violência entre irmãos.

As já citadas *Revised Conflict Tactics Scales – Sibling Version* (CTS2-SP; Straus et al., 1996), cuja validação para a população portuguesa é de um grupo de investigação em que participamos (cf. Relva et al., 2013a), são um questionário de 78 itens que permite avaliar as táticas de resolução de conflito preferencialmente utilizadas no relacionamento entre irmãos. As CTS2-SP cingem-se à conflitualidade na díade fraterna, sendo que, quando o sujeito tem *mais do que um irmão*, é convidado a responder em relação ao que lhe é *mais próximo em idade*. O questionário está estruturado de modo a começar por avaliar táticas de conflito convencionais (e.g., negociação), indo progressivamente para comportamentos mais coercivos e desaprovados socialmente. Este instrumento é composto por cinco escalas: *negociação* (6 itens), *agressão psicológica* (8 itens; nesta escala decidiu-se excluir um dos itens porque na validação portuguesa das CTS2-SP todos os itens apresentavam uma correlação item-total acima de .30, exceto um, pelo que todas as análises foram feitas considerando apenas 7, e não 8 itens), *agressão física sem sequelas* (12 itens), *coerção sexual* (7 itens) e *agressão física com sequelas* (6 itens). Cada item é representado por duas questões, a primeira referindo um determinado comportamento emitido pelo sujeito em relação ao irmão/ irmã, e a segunda referindo o mesmo comportamento em sentido inverso (do irmão/irmã em relação ao sujeito). A escala de resposta traduz a frequência de cada comportamento num determinado período: de 0 (“nunca aconteceu”) a 7 (“não naquele ano, mas já aconteceu”). Desde a sua adaptação para o contexto português, tem sido utilizada em vários estudos nacionais (Carvalho et al., 2018; Lopes et al., 2017; Mota et al., 2024). Existem vários estudos (e.g., Mackey et al., 2010; Mathis & Mueller, 2015) que têm utilizado as CTS2-SP.

Quanto aos instrumentos de cariz qualitativo, refira-se a “*The sibling abuse interview*”, desenvolvida por Caffaro e Conn-Caffaro, em 1998. Esta entrevista permite explorar a história e o estado atual da relação entre irmãos através de um conjunto de questões apresentadas a cada um dos membros da família e dos subsistemas relevantes, através de um conjunto de sessões com a vítima, o agressor, os irmãos não vítimas, subsistema conjugal, entrevistas individuais aos pais, subsistema parental. Para uma avaliação completa da violência entre irmãos, muitas vezes é necessário avaliar um comportamento da criança em condições variáveis de separação do seu agressor e pais, sendo que é importante incluir uma avaliação dos

fatores de risco e protetores (e.g., afetividade parental e interações envolvidas; gestão disciplinar consistente e não punitiva) presentes na família (Caffaro, 2008). A entrevista permite recolher informação em 8 grandes áreas: motivação do ofensor para o abuso e para o tratamento; a capacidade da família para assumir a responsabilidade pelo abuso; a reação da família à descoberta; a capacidade da família para proteger a vítima; fontes de apoio à vítima; evidências de lealdades divididas entre as crianças e os pais; práticas disciplinares e imposição de limites; níveis de consistência disciplinar; fontes das forças familiares e resiliência (cf. Caffaro & Conn-Caffaro, 1998). Não é do nosso conhecimento que esta entrevista tenha sido utilizada no contexto português.

A existência de instrumentos que permitam aferir da ocorrência de situações abusivas entre irmãos é um aspeto fundamental, sobretudo para os profissionais que trabalham com crianças e jovens, no sentido da sua deteção para prevenção de novas ocorrências e, eventualmente, intervenção adequada.

10. PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO

Em função do que foi mencionado anteriormente, sobretudo no que diz respeito à prevalência da violência entre irmãos, aos seus fatores de risco, fatores protetores, do seu impacto ao nível da saúde mental, torna-se premente equacionarmos propostas de prevenção e de intervenção direcionadas para esta problemática.

Vários estudos têm sugerido que, como contextos de relacionamento significativos no quotidiano das vidas das crianças, irmãos e pares compartilham algumas características de relacionamento. Desde logo, a ocorrência de situações de vitimização em casa e que são transferidos para o contexto escolar, sugere que profissionais que trabalham com famílias e nas escolas devem ter uma visão mais ampla do *bullying* e incluir os irmãos (Tucker, 2025), dada a possibilidade de coocorrência destas formas de violência. Neste contexto, a história de vida quanto aos relacionamentos com os irmãos e com os pares pode assumir grande relevância ao longo das sessões.

O estudo de Toseeb et al. (2025), já anteriormente referido, chama a atenção para aspetos relevantes, tanto para a prevenção como para a intervenção. O estudo

demonstrou que a violência nas escolas, mas também nos bairros, para além da família, está associado à ocorrência de violência entre irmãos, permitindo definir que o que acontece fora e dentro de casa desempenha um papel na prevenção deste fenómeno. Os autores sugerem que a incidência da violência entre irmãos poderá ser reduzida através da criação de bairros e escolas cujo ambiente seja percebido pelos adolescentes como seguro, onde sejam ouvidos, capazes de pedir ajuda e capazes de participar na tomada de decisão.

Tucker e Finkelhor (2017) realizaram uma revisão sistemática - a única que conhecemos - em que exploraram programas de intervenção direcionados para reduzir o conflito entre irmãos e a agressão, com o objetivo de promover relações positivas entre irmãos. A pesquisa identificou apenas 5 estudos com programas direcionados para crianças em idade escolar. A heterogeneidade dos estudos não permitiu fazer uma meta-análise, mas os estudos foram descritos de forma sistemática, sendo que, em geral, os resultados sugerem a importância da intervenção em grupo para melhorar, quer as competências sociais, quer a qualidade da relação entre irmãos.

Tucker e Finkelhor (2017) sugerem, após a revisão efetuada um conjunto de implicações, sendo que a informação pode ser usada para criar um programa único que explore o conflito e a agressão entre irmãos ou ser integrada em programas parentais já existentes, nomeadamente:

- Há benefícios das competências sociais e do treino de mediação para melhorar, quer a qualidade do relacionamento entre irmãos, quer o desenvolvimento das competências sociais das crianças. A formação dos pais na mediação de conflitos entre irmãos é benéfica para as interações entre irmãos sobretudo em filhos pré-adolescentes.

- Os programas de violência familiar e de formação parental devem incorporar informação e apoio no que diz respeito ao conflito e agressão entre irmãos.

- A investigação sobre programas de intervenção em conflitos e agressões entre irmãos deve incluir amostras clínicas e determinar o tipo e a quantidade de intervenção parental necessária em diferentes períodos de desenvolvimento das crianças.

A ideia de reforçarmos a intervenção no contexto fraterno deve passar, como referido também por Shadik et al. (2013), por incluirmos a discussão deste tema

nos programas de intervenção parental direcionados para crianças vítimas de abuso e negligência. Esta recomendação vai ao encontro dos resultados de um estudo qualitativo realizado por Shadik et al. (2021). Estes sugerem que muito pais não têm as competências parentais necessárias para reconhecerem nos seus filhos os comportamentos de violência entre irmãos (Shadik et al., 2021), pelo que é desejável a formação generalizada sobre violência entre irmãos, particularmente direcionada para os pais que podem minimizar ou normalizar os conflitos entre os seus filhos (McDonald & Martinez, 2016).

Já em 2002, Wiehe desenvolveu o SAFE, um programa que pretende guiar os pais e cuidadores para intervirem de um modo efetivo na interação entre os irmãos que têm potencial de se tornarem abusivos. Na sigla SAFE, cada letra representa uma etapa no processo de resolução de problema e que Wiehe explica deste modo:

- S de *Stop*, ou seja, parar a ação e avaliar o clima para resolver o problema;
- A de *Assess*, ou seja, avaliar o que está a acontecer, tanto os factos como os sentimentos;
- F de *Find*, isto é, encontrar o que poderá ajudar a prevenir futuras ocorrências de comportamentos ofensivos; e
- E de *Evaluate*, quer dizer, avaliar os resultados.

Esta estratégia poderá permitir que um padrão de comportamento, isto é, repetitivo, observado há já algum tempo, requeira, através desta estratégia intervenção atempada conforme sugere Wiehe (2002). A finalidade subjacente a este programa de intervenção, é que os pais/ cuidadores possam identificar alguns comportamentos que não são enquadrados dentro do que é designado padrão “normal” na relação fraterna e ajudar os filhos a resolverem as divergências que normalmente ocorrem nas famílias, reduzindo a probabilidade de uma escalada desde a rivalidade até à violência entre irmãos (Wiehe, 1998).

Comparando com outras formas de violência familiar, a violência entre irmãos tem sido excluída das políticas de intervenção, para o que contribuem aspetos como a própria normalização desta forma de violência, tanto por parte da família como da sociedade, assim como a existência de vários rótulos para a mesma problemática (Perkins & Grossman, 2019), conforme já tínhamos constatado anteriormente. Devem ser desenvolvidos esforços para a criação de serviços de apoio especializados

que procurem dar resposta às pessoas afetadas por esta forma de violência, eliminando barreiras ao seu acesso (Elliott et al., 2020). Esses serviços devem ser também culturalmente sensíveis, com intervenções informadas, para mitigar a transmissão intergeracional da violência (Edet, 2025).

11. PROPOSTAS PARA ESTUDOS FUTUROS

No que diz respeito às propostas para estudos futuros, pese embora o reconhecimento de esta ser uma problemática altamente prevalente, como os dados evidenciam, e conforme já referido anteriormente, há ainda um longo caminho a percorrer, nomeadamente no que diz respeito ao contexto português.

Assim, propõe-se esta temática como uma linha de investigação em que se podem integrar trabalhos com vista à dissertação de mestrado em Psicologia, tanto no ramo de Psicologia Clínica pela realização de estudos em contextos clínicos, como no ramo da Psicologia da Educação e do Desenvolvimento, desenvolvendo trabalho de pesquisa sobre intervenções que informem a prática (cf. Tucker & Finkelhor, 2017), não só em famílias e escolas, mas também em crianças/ jovens institucionalizados, com diferentes faixas etárias. Sugere-se também a realização de estudos com díades, isto é, em que ambos os elementos da fratria possam dar a sua própria perspetiva sobre acontecimentos/ situações. Por outro lado, sendo os pais, de igual modo, informantes-chave, a sua perspetiva sobre comportamentos que ocorrem no contexto relacional dos filhos é também relevante, nomeadamente quanto ao reconhecimento do que poderá ser ou não normativo, na sua perspetiva. Neste contexto, temos em curso a orientação de uma dissertação de mestrado cujo objetivo geral é o de analisar o papel da violência entre irmãos e da regulação emocional dos pais, no *burnout* parental. Este estudo pretende explorar a perspetiva dos pais no que diz respeito à violência entre os seus filhos. Parece-nos ainda que poderá ser relevante estudos que combinem a ocorrência de violência entre irmãos e a estrutura familiar, explorando esta forma de violência e diferentes tipos de fratrias, conforme sugerido por Perkins e Stoll (2016) assim como a polivitimização e a coocorrência de outras formas de violência.

Atendendo à influência dos contextos “virtuais” (nomeadamente as redes sociais), poderá ser estudado o seu potencial impacto na qualidade da relação entre

os irmãos. Seria igualmente enriquecedor abordar o fenómeno da violência entre irmãos junto de famílias em que um dos membros da díade fraterna é portador de necessidades educativas especiais (cf. Relva et al., 2014b).

Adicionalmente, e de modo a contribuir para uma maior consciencialização da problemática, sugere-se um estudo qualitativo com a participação de vários profissionais (e.g., psicólogos, assistentes sociais, professores, enfermeiros, médicos) e a trabalhar em diferentes contextos (e.g., escolas, hospitais, centros de saúde, Comissões de Proteção e Crianças e Jovens) que, de modo direto, trabalham com crianças e jovens, com o objetivo de recolher a sua própria perspetiva quanto a esta problemática, à semelhança do que tem vindo a acontecer em outros países (e.g., Yates, 2019). Conforme já referido anteriormente (cf. Relva et al., 2024) este fenómeno carece também de estudos qualitativos, nomeadamente centrados na análise dos significados atribuídos aos diversos conceitos utilizados na explicação do fenómeno: rivalidade, *bullying*, conflito, agressão, violência ou abuso.

A condução de estudos longitudinais permitiria compreender a evolução do fenómeno da violência entre irmãos ao longo do ciclo vital, atendendo a que a questão desenvolvimental poderia dar um contributo muito importante. Estes estudos, como sugerem Dantchev e Wolke (2019), permitiriam, por exemplo, examinar se alguns domínios na dinâmica relacional dos irmãos nos primeiros anos, estariam relacionados com a ocorrência de violência igualmente entre irmãos num período desenvolvimental posterior.

Pese a embora a existência de alguns estudos transversais que incidiram sobre as questões da violência entre irmãos e as questões culturais (e.g., Rapoza et al., 2010; Toseeb et al., 2025), novos estudos cross-culturais capazes de informar sobre a realidade da violência entre irmãos em diferentes contextos socioculturais, seriam muito úteis, nomeadamente pela mobilidade de populações e pelas redes de comunicação.

12. CONCLUSÕES

Face ao exposto, torna-se claro o reconhecimento da violência entre irmãos como um fenómeno prevalente e com consequências para a díade fraterna, vítima e agressor, bem como para o contexto familiar em que ocorre. Sendo a violência entre

irmãos o produto de um conjunto complexo de fatores e resultado de interações envolvendo a vítima, o agressor e a o contexto familiar (Caffaro & Conn-Caffaro, 1998);

Assim, podemos propor algumas recomendações:

1. A inserção do estudo da violência entre irmãos, para além do estudo das dinâmicas familiares nestes contextos, nos conteúdos programáticos de vários cursos no Ensino Superior (e.g., Psicologia, Serviço Social, Enfermagem), torna-se uma necessidade como forma de dar visibilidade ao fenómeno, por um lado, mas também porque permitirá a capacitação dos profissionais na sua deteção e conseqüente intervenção/encaminhamento; Os estudantes têm um potencial de aumento de conscientização da problemática (Meyers, 2015);
2. A existência de estudos que se foquem em mais do que um subsistema (parental, conjugal, fraternal) poderão contribuir para um maior conhecimento das complexidades da família como um todo (Perez-Brena et al., 2022);
3. Desenvolvimento de esforços no sentido de promover o apoio social quer da família quer dos amigos junto não só de crianças, mas também de adolescentes enquanto fatores protetores com o objetivo de reduzir o risco de experiências de vitimização pelos irmãos (Tucker et al., 2020a).
4. A importância de se desenvolverem estratégias preventivas, direcionadas para a capacitação das crianças e adolescentes, mas também para os pais/cuidadores, que contribuam para o desenvolvimento de relações saudáveis, não apenas em contexto de fratria;
5. Sugere-se que em situações de adoção e em situações de acolhimento residencial, a exploração do risco de violência entre irmãos seja ponderada. É importante desenvolver-se esforços de garantir que a estas crianças, já de si traumatizadas pelo facto de estarem no sistema de acolhimento devido a situações da família de origem adversas, é assegurado o seu bem-estar emocional (cf. Perkins & Stoll, 2016); É importante relembrar que as recomendações no que diz respeito ao acolhimento residencial são sobretudo de manter os irmãos juntos, mas não é necessário que a

alternativa seja necessariamente a mesma (Martín & González-Navasa, 2022).

6. O desenvolvimento de intervenções baseadas na evidência direcionadas para a saúde mental das vítimas e agressores, assim como das suas famílias (cf. Relva, 2023b);

Em suma, a compreensão da violência entre irmãos, no contexto familiar, pretende contribuir para um maior entendimento, por um lado, das dinâmicas familiares; e, por outro lado, contribuir para a capacitação de profissionais e futuros profissionais no sentido de uma atempada intervenção, mas, sobretudo, prevenção deste fenómeno. Também os resultados de vários estudos anteriormente apresentados poderão contribuir para identificar famílias em risco, permitindo o desenvolvimento de estratégias interventivas adequadas (Dantchev & Wolke, 2019);

A preparação do relatório, do curriculum vitae e, de um modo particular, da lição permitiu-nos perceber claramente o caminho já andado, mas também o que há ainda a percorrer nesta área, nomeadamente no que diz respeito às situações abusivas entre irmãos. Apenas será possível o seu reconhecimento, prevenção e intervenção ajustada à gravidade das ocorrências se e quando todos os intervenientes, a começar pelos membros da própria família, passando pelos vários profissionais (e.g., psicólogos, professores, auxiliares de educação) em diferentes contextos (e.g., familiar, escolar, acolhimento residencial, serviços de saúde) estiverem alertados para o problema. Este é um longo caminho, mas até o caminho mais longo começa por um pequeno passo. Este é o meu parco contributo.

13. REFERÊNCIAS

- Ainsworth, M. D. S. (1989). Attachment beyond infancy. *American Psychologist*, 44(4), 709-716. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.44.4.709>
- Almeida, T. C., Ramos, C., Brito, J., & Cardoso, J. (2020). The Juvenile Victimization Questionnaire: Psychometric properties and poly-victimization among Portuguese youth. *Children and Youth Services Review*, 113, Article 105001. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105001>
- Bank, S., & Kanh, M. (1982). *The sibling bond*. Basic Books.
- Bandura, A. (1977). *Social learning theory*. Prentice Hall

- Bevc, I., & Silverman, I. (2000). Early separation and sibling incest: A test of the revised Westermarck theory. *Evolution and Human Behavior*, 21, 151161. [https://doi.org/10.1016/s1090-5138\(99\)00041-0](https://doi.org/10.1016/s1090-5138(99)00041-0)
- Bedford, V. H., & Volling, B. L. (2004). A dynamic ecological systems perspective on emotion regulation development within the sibling relationship context. In F. R. Lang & K. L. Fingerman (Eds.), *Growing together: Personal relationships across the lifespan* (pp. 76–102). Cambridge University Press.
- Bowes, L., Wolke, D., Joinson, C., Lereya, S. T., & Lewis, G. (2014). Sibling bullying and risk of depression, anxiety, and self-harm: A prospective cohort study. *Pediatrics*, 134(4), e1032–e1039. <https://doi.org/10.1542/peds.2014-0832>
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss*, Vol. 1: Attachment. Attachment and loss. Basic Books.
- Boxall, H., Meyer, S., & Fitz-Gibbon, K. (2024). Sibling to sibling violence in Australia: Summary report. *Monash University. Report.* <https://doi.org/10.26180/27289644.v1>
- Brett, H., Bartoli, A. J., & Smith, P. K. (2023). Sibling bullying during childhood: A scoping review. *Aggression and Violent Behavior*, 72, (1-13). <https://doi.org/10.1016/j.avb.2023.101862>
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Harvard university press.
- Button, D. M., & Gealt, R. (2010). High risk among victims of sibling violence. *Journal of Family Violence*, 25(2), 131-140. <https://doi.org/10.1007/s10896-009-9276-x>
- Caffaro, J. (2008). Sibling violence. Clinical Update. *Family Therapy Magazine*, 36-43.
- Caffaro, J. (2022). Sibling abuse of other children. In R. Geffner, J. W. White, L. K. Hamberger, A. Rosenbaum, V. Vaughan-Eden, & V. I. Vieth (Eds.), *Handbook of interpersonal violence and abuse across the lifespan: A project of the National Partnership to End Interpersonal Violence Across the Lifespan (NPEIV)* (pp. 1295–1322). Springer Nature Switzerland AG. https://doi.org/10.1007/978-3-319-89999-2_11
- Caffaro, J. V., & Allison Conn-Caffaro (1998). *Sibling abuse trauma: Assessment and intervention strategies for children, families, and adults*. Haworth Maltreatment and Trauma Press.

- Caspi, J. (2012). *Sibling aggression: Assessment and treatment*. Springer Publishing Company.
- Carvalho, J., Relva, I. C., & Fernandes, O. M. (2018). Funcionamento familiar e estratégias de resolução de conflitos na fratria. *Análise Psicológica*, XXXVI(1), 61-73. <https://doi.org/10.14417/ap.1354>
- Cicirelli, V. G. (1995). *Sibling relationships across the life span*. Plenum Press. <https://doi.org/10.1007/978-1-4757-6509-0>
- Cvancara, K., Kaal, E., Pörhölä, M., & Torres, M. B., (2024). Sibling bullying reported by emerging adults: Profiling the prevalence, roles, and forms in a cross-country investigation. *Acta Psychologica*, 247, <https://doi.org/10.1016/j.actpsy.2024.104310>
- Dantchev, S., & Wolke, D. (2019). Trouble in the nest: Antecedents of sibling bullying victimization and perpetration. *Developmental Psychology*, 55(5), 1059–1071. <https://doi.org/10.1037/dev0000700>
- Dantchev, S., Zammit, S., & Wolke, D. (2018). Sibling bullying in middle childhood and psychotic disorder at 18 years: A prospective cohort study. *Psychological Medicine*, 48 (14), 2321–2328. <https://doi.org/10.1017/S0033291717003841>
- Deniz, E., Derinalp, P., Gulkanat, I., Kaz, C., Ozhan, N., & Toseeb, U. (2023). Sibling bullying in Turkish adolescents: Translation and cross-cultural validation of the Sibling Bullying Questionnaire. *Journal of Family Violence*, 38(2), 379–392. <https://doi.org/10.1007/s10896-022-00360-2>
- Dunn, J. (1992). Siblings and development. *Current Directions in Psychological Science*, 1(1), 6-9. <https://doi.org/10.1111/1467-8721.ep10767741>
- Dunn, J., & Munn, P. (1986). Siblings and the development of prosocial behaviour. *International Journal of Behavioral Development*, 9(3), 265-284. <https://doi.org/10.1177/016502548600900301>
- Dunn J. (2007). Siblings. In J. Grusec & P. Hastings (eds.), *Handbook of socialization: Theory and research* (pp. 309-327). Guilford.
- Edet, R. (2025). The overlooked dynamics of sibling violence: Sociological perspectives and intervention strategies. *The Journal of Social Encounters*, 9(1), 196-210. <https://doi.org/10.69755/2995-2212.1340>

- Elliott, K., Fitz-Gibbon, K., & Maher J. (2020). Sibling violence: Understanding experiences, impacts, and the need for nuanced responses. *British Journal of Sociology*, 71, 168–182. <https://doi.org/10.1111/bjos.12172>
- Eriksen, S., & Jensen, V. (2009). A push or a punch: Distinguishing the severity of sibling violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(1), 183–208. <https://doi.org/10.1177/0886260508316298>
- Fernandes, O. M., & Relva, I. C. (2019). Conflitos entre irmãos. In A. P. Monteiro & P. Cunha (Org.). *Gestão de conflitos na família* (p. 1-16). Pactor Editora.
- Feeney, J. A., & Humphreys T. (1996, November). Parental, sibling and romantic relationships: Exploring the functions of attachment bonds. Paper presented at the Fifth Australian Family Research Conference, Brisbane, Queensland, Australia.
- Finkelhor, D., Hamby, S. L., Ormrod, R., & Turner, H. (2005). The Juvenile Victimization Questionnaire: Reliability, validity, and national norms. *Child Abuse & Neglect*, 29(4), 383–412. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2004.11.001>
- Finkelhor, D., Turner, H., & Ormrod, R. (2006). Kid's stuff: The nature and impact of peer and sibling violence on younger and older children. *Child Abuse & Neglect*, 30(12), 1401-1421. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2006.06.006>
- Finkelhor, D., Turner, H. A., Shattuck, A., & Hamby, S. L. (2015). Prevalence of childhood exposure to violence, crime, and abuse: Results from the National Survey of Children's Exposure to Violence. *JAMA Pediatrics*, 169(8), 746–754. <https://doi.org/10/cfmz>
- Fitz-Gibbon, K., Meyer, S., Maher, J., & Roberts, S. (2022). *Adolescent family violence in Australia: A national study of prevalence, history of childhood victimisation and impacts* (Research report, 15/2022). ANROWS.
- Gelles, R. (1997). *Intimate violence in families* (3rd ed.). Sage Publications.
- Goldsmid, R., & Feres-Carneiro, T. (2007). A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão. *Psicologia em Revista*, 13(2), 293-308. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-11682007000200006&script=sci_abstract
- Graham-Bermann, S. A., & Cutler, S. E. (1994). The Brother-Sister Questionnaire: Psychometric assessment and discrimination of well-functioning from

- dysfunctional relationships. *Journal of Family Psychology*, 8(2), 224–238.
<https://doi.org/10.1037/0893-3200.8.2.224>
- Hardy, M. S. (2001). Physical aggression and sexual behavior among siblings: A retrospective study. *Journal of Family Violence*, 16, 255–268.
<https://doi.org/10.1023/A:1011186215874>
- Hong, J. S., & Espelage, D. L. (2012). A review of research on bullying and peer victimization in school: An ecological system analysis. *Aggression and Violent Behavior*, 17(4), 311–322. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.03.003>
- Hoffman, K. L., & Edwards, J. N. (2004). An integrated theoretical model of sibling violence and abuse. *Journal of Family Violence*, 19(3), 185–200.
<https://doi.org/10.1023/B:JOFV.0000028078.71745.a2>
- Hoffman, K. L., Kiecolt, K. J., & Edwards, J. N. (2005). Physical violence between siblings: A theoretical and empirical analysis. *Journal of Family Issues*, 26(8), <https://doi.org/10.1177/0192513X05277809>
- Howe, N., Recchia, H., & Kinsley, C. (2023). Sibling relations and their impact on children's development. In *Encyclopedia on early childhood development* (pp. 1-20). Abilio.
- Keery, H., Boutelle, K., van den Berg, P., & Thompson, J. K. (2005). The impact of appearance-related teasing by family members. *The Journal of Adolescent Health: Official Publication of the Society for Adolescent Medicine*, 37(2), 120–127. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2004.08.015>
- Khan, R., & Rogers, P. (2015). The normalization of sibling violence: Does gender and personal experience of violence influence perceptions of physical assault against siblings? *Journal of Interpersonal Violence*, 30(3), 437–458.
<https://doi.org/10.1177/0886260514535095>
- Kiselica, M. S., & Morrill-Richards, M. (2007). Sibling maltreatment: The forgotten abuse. *Journal of Counseling & Journal of Counseling & Development*, 85, 148–160. <https://doi.org/10.1002/j.1556-6678.2007.tb00457.x>
- Kong, J., & Goldberg, J. (2022). Childhood exposure to family violence and adult sibling relationships. *Journal of Marriage and Family*, 84(4), 1046–1061.
<https://doi.org/10.1111/jomf.12862>

- Linares, O. (2006). An understudied form of intra-family violence: Sibling-to-sibling aggression among foster children. *Aggression and Violent Behavior, 11*(1), 95-109. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2005.07.001>
- Lopes, P., Relva, I. C., & Fernandes, O. M. (2017). Psychopathology and sibling violence in a sample of Portuguese adolescents. *Journal of Child & Adolescent Trauma, 12*(1), 11-21. <https://doi.org/10.1007/s40653-017-0194-4>
- Mackey, A. L., Fromuth, M. E., & Kelly, D. B. (2010). The association of sibling relationship and abuse with later psychological adjustment. *Journal of Interpersonal Violence, 25*(6), 955-968. <https://doi.org/10.1177/0886260509340545>
- Mathis, G., & Mueller, C. (2015). Childhood sibling aggression and emotional difficulties and aggressive behavior in adulthood. *Journal of Family Violence, 30*(3), 315-327. <https://doi.org/10.1007/s10896-015-9670-5>
- McDonald, C., & Martinez, K. (2016). Parental and others' responses to physical sibling violence: A descriptive analysis of victims' retrospective accounts. *Journal of Family Violence, 31*, 401-410. <https://doi.org/10.1007/s10896-015-9766-y>
- McDonald, C., & Martinez, K. (2019). Victim narratives of sibling emotional abuse. *Child Welfare League of America, 97*(2)1-22. <https://www.jstor.org/stable/48623641>
- McHale, S. M., Kim, J.-Y., & Whiteman, S. D. (2006). Sibling relationships in childhood and adolescence. In P. Noller & J. A. Feeney (Eds.), *Close relationships: Functions, forms and processes* (pp. 127-149). Psychology Press/Taylor & Francis (UK).
- McHale, S. M., Updegraff, K. A., & Whiteman, S. D. (2012). Sibling relationships and influences in childhood and adolescence. *Journal of Marriage and the Family, 74*(5), 913-930. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2012.01011.x>
- Meyers, A. (2015). Notes from the field: Understanding why sibling abuse remains under the radar and pathways to outing. faculty works: SW (2011-2020). 2. https://digitalcommons.molloy.edu/swk_fac/2
- Minuchin, S. (1974). *Families & family therapy*. Harvard U. Press.
- Minuchin, S. (1990). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Artes Médicas.

- Martín, E., & González-Navasa, P. (2022). Characterization of groups of siblings in residential childcare in Spain. *Child & Family Social Work, 27*(3), 414–421. <https://doi.org/10.1111/cfs.12892>
- Menesini, E., Camodeca, M., & Nocentini, A. (2010). Bullying among siblings: The role of personality and relational variables. *The British Journal of Developmental Psychology, 28*(Pt 4), 921–939. <https://doi.org/10.1348/026151009x479402>
- Mota, C. P. (2016). Individualização e coping em adolescentes de famílias tradicionais e divorciadas. *Temas em Psicologia, 24*(3), 1115-1128. <https://doi.org/10.9788/TP2016.3-16>
- Mota, C. P., Sousa, J. R., & Relva, I. C. (2023). Sibling violence and position in sibling dyad in a sample of adolescents: How does it relate to self-esteem? *Social Sciences, 12*, 595. <https://doi.org/10.3390/socsci12110595>
- Mota, C., Sousa, J., & Relva, I. C. (2024). Sibling violence and bullying behaviors in peers: The mediational role of self-esteem. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 21*(2), 227. <https://doi.org/10.3390/ijerph21020227>
- Noland, V. J., Liller, K. D., McDermott, R. J., Coulter, M. L., & Seraphine, A. E. (2004). Is adolescent sibling violence a precursor to college dating violence? *American Journal of Health Behavior, 28 Suppl 1*, S13–S23.
- Noller, P. (2005). Sibling relationships in adolescence: Learning and growing together. *Personal Relationships, 12*(1), 1–22. <https://doi.org/10.1111/j.1350-4126.2005.00099.x>
- Omer, H., Schorr-Sapir, I., & Weinblatt, U. (2008). Non-violent resistance and violence against siblings. *Journal of Family Therapy, 30*, 450-464. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6427.2008.00441.x>
- Peasgood, T., Bhardwaj, A., Biggs, K., Brazier, J. E., Coghill, D., Cooper, C. L., Daley, D., De Silva, C., Harpin, V., Hodgkins, P., Nadkarni, A., Setyawan, J., & Sonuga-Barke, E. J. (2016). The impact of ADHD on the health and well-being of ADHD children and their siblings. *European Child & Adolescent Psychiatry, 25*, 1217–1231. <https://doi.org/10.1007/s00787-016-0841-6>
- Peng, C., Wang, Z., Yu, Y., Cheng, J., Qiu, X., & Liu, X. (2022). Co-occurrence of sibling and peer bullying victimization and depression and anxiety among Chinese

- adolescents: The role of sexual orientation. *Child Abuse & Neglect*, 131. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2022.105684>
- Perkins, N. H., & Grossman, S. F. (2020). Sibling violence: The missing piece in family violence policy. *Advances in Social Work*, 19(1), 138-156. <https://dx.doi.org/10.18060/22611>
- Perkins, N. H., & Stoll, A. J. (2016). Practical considerations of physical and emotional sibling violence in foster families: A summary of the current literature. *Journal of Family Social Work*, 19(5), 407-419. <https://doi.org/10.1080/10522158.2016.1217577>
- Perez-Brena, N. J., Duncan, J. C., Bámaca, M. Y., & Perez, R. (2022). Progress and gaps: A systematic review of the family demographics and family subsystems represented in top family science journals 2008-2018. *Journal of Family Theory & Review*, 14(1), 59-78. <https://doi.org/10.1111/jftr.1244642>
- Phillips, D. A., Phillips, K. H., Grupp, K., & Trigg, L. J. (2009). Sibling violence silenced: rivalry, competition, wrestling, playing, roughhousing, benign. *ANS. Advances in Nursing Science*, 32(2), E1-E16. <https://doi.org/10.1097/ANS.0b013e3181a3b2cb>
- Plamondon, A., Bouchard, G., & Lachance-Grzela, M. (2018). Family dynamics and young adults' well-being: The mediating role of sibling bullying. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(9-10), NP5362-NP5384. <https://doi.org/10.1177/0886260518800313>
- Plomin, R., Asbury, K., & Dunn, J. (2001). Why are children in the same family so different? Nonshared environment a decade later. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 46(3), 225-233. <https://doi.org/10.1177/070674370104600302>
- Rapoza, K. A., Cook, K., Zaveri, T., & Malley-Morrison, K. (2010). Ethnic perspectives on sibling abuse in the United States. *Journal of Family Issues*, 31(6), 808-829. <https://doi.org/10.1177/0192513X09359158>
- Relva, I. C. (2013). *Violência entre irmãos: Um contributo para o seu estudo numa amostra de estudantes universitários* (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade de Coimbra.
- Relva, I. C., Fernandes, O. M., Alarcão, M., Graham-Bermann, S., & Lopes, P. (2017). Psychometric properties and construct validity of the Brother - Sister

- Questionnaire in a sample of Portuguese adolescents. *Journal of Family Violence*, 32(3), 333-340. <https://doi.org/10.1007/s10896-016-9851-x>
- Relva, I. C., Alarcão, M., Fernandes, O. M., Carvalho, J., & Fauchier, A. (2019). Sibling conflict and parental discipline: The mediating role of family communication in Portuguese adolescents. *Child and Adolescent Social Work Journal*. <https://doi.org/10.1007/s10560-019-00600-3>
- Relva, I. C., Fernandes, O. M., & Costa, R. (2013a). Psychometric Properties of Revised Conflict Tactics Scales: Portuguese Sibling Version (CTS2-SP). *Journal of Family Violence*, 28(6), 577-585. <https://doi.org/10.1007/s10896-013-9530-0>
- Relva, I. C., Fernandes, O. M., & Mota, C. P. (2013b). An exploration of sibling violence predictors. *Journal of Aggression, Conflict and Peace Research*, 5(1), 47-61. <https://doi.org/10.1108/17596591311290740>
- Relva, I. C. (2015). Violência na família e violência entre os filhos. In O. M. Fernandes & C. Maia (Org.) *A família portuguesa no séc. XXI* (p. 245-252). Edições Parsifal.
- Relva, I. C. (2023a). Non-lethal physical abuse of siblings: Risk factors. In: Shackelford, T. K. (eds.) *Encyclopedia of domestic violence*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-85493-5_1237-1
- Relva, I. C. (2023b). Non-Lethal physical abuse of siblings: Consequences. In: Shackelford, T.K. (eds.) *Encyclopedia of domestic violence*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-85493-5_1229-1
- Relva, I. C., Alarcão, M., Fernandes, O. M., & Graham-Bermann, S. (2019). Quality of sibling relationship and parental differential treatment in a sample of Portuguese adolescents. *Análise Psicológica*, 37(3),341-353. <https://doi.org/10.14417/ap.1645>
- Relva, I. C., Alarcão, M., Harrison, N., & Fernandes, O. M. (2021). Non-lethal physical abuse of siblings. In T. K. Shackelford. *The SAGE handbook of domestic violence* (Vol. 2, pp. 744-757). SAGE Publications Ltd. <https://www.doi.org/10.4135/9781529742343.n45>
- Relva, I. C., & Kahn, R. (2021). Siblicide: The psychology of sibling homicide. R. Geffner, J. W. White, L. K. Hamberger, A. Rosenbaum, V. Vaughan-Eden, & V. I. Vieth (Eds.), *Handbook of interpersonal violence and abuse across the lifespan: A project of the National Partnership to end Interpersonal Violence Across the*

- Lifespan* (NPEIV) (pp. 1323–1341). Springer Nature. https://dx.doi.org/10.1007/978-3-319-62122-7_288-1
- Relva, I. C., Fernandes, O. M., & Alarcão, M. (2012). Violência entre irmãos: Uma realidade desconhecida. *Interamerican Journal of Psychology*, 46(3), 205-214. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28425871006>
- Relva, I. C., Fernandes, O. M., & Alarcão, M. (2017). Dyadic types of sibling sexual coercion. *Journal of Family Violence*, 32(6), 577-583. <https://doi.org/10.1007/s10896-017-9918-3>
- Relva, I. C., Alarcão, M., & Fernandes, O. M. (2014a). Rivalidade ou violência? A perceção de estudantes universitários vítimas de violência por parte de irmãos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 3(3), 259-265. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000300003>
- Relva, I. C., Fernandes, O. M., Alarcão, M., & Martins, A. (2014b). Estudo exploratório da violência entre irmãos em Portugal. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(2), 398-408. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201427221>
- Rypi, A. (2023). Ambiguous but crucial boundaries - professionals differentiating sibling abuse from sibling quarrels. *Sociological Focus*, 56(2), 209–225. <https://doi.org/10.1080/00380237.2023.2180466>
- Rosa, M. J. (2015). Das famílias aos agregados familiares a partir dos factos. In O. M. Fernandes & C. Maia (Org.) *A família portuguesa no séc. XXI* (p. 29-37). Edições Parsifal.
- Simonelli, C. J., Mullis, T., Elliott, A. N., & Pierce, T. W. (2002). Abuse by siblings and subsequent experiences of violence within the dating relationship. *Journal of Interpersonal Violence*, 17(2), 103-121. <https://doi.org/10.1177/0886260502017002001>
- Shadik, J., Perkins, N. H., & Kovacs, P. J. (2013). Incorporating discussion of sibling violence in the curriculum of parent intervention programs for child abuse and neglect. *Health & Social Work*, 38(1), 53–57. <https://doi.org/10.1093/hsw/hls066>
- Shadik, J. A., Perkins, N. H., & Kim, R. (2021). Understanding physical and emotional sibling violence: Perspectives from group facilitators of parent intervention groups for child maltreatment. *Journal of Family Issues*, 44(2), 475-497. <https://doi.org/10.1177/0192513X211051392>

- Straus, M. A. (1973). A general systems theory approach to a theory of violence between family members. *Social Science Information*, 12(3), 105–125. <https://doi.org/10.1177/053901847301200306>
- Straus, M. A., & Hotaling, G. T. [eds.] (1980) *The social causes of husband-wife violence*. University of Minnesota Press.
- Straus, M. A. (1979). Measuring intrafamily conflict and violence: The Conflict Tactic Scales. *Journal of Marriage and Family*, 41(1), 75-88. <https://doi.org/10.2307/351733>
- Straus, M. A., Gelles, R. J., & Steinmetz, S. K. (1980). *Behind closed doors: Violence in the American family*. Anchor Books.
- Straus, M. A., Hamby, S. L., Boney-McCoy, S., & Sugarman, D. B. (1996). The Revised Conflict Tactics Scales (CTS2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17, 283-316. <https://doi.org/10.1177/019251396017003001>
- Steinmetz, S. K. (1977). *The cycle of violence: Assertive, aggressive, and abusive family interaction*. Praeger.
- Toseeb, U., Deniz, E., & Noret, N. (2025). The prevalence and correlates of sibling bullying victimisation in early adolescence: An investigation of over 30,000 adolescents in 18 countries. *Child Abuse & Neglect*, 160. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2024.107211>
- Tharshini, N. K., & Hassan, Z. (2025). The prevalence of sibling violence among emerging adults in Malaysia. *Journal of Aggression, Conflict and Peace Research*, 17(2), 77 – 89. <https://doi.org/10.1108/JACPR-12-2024-0962>
- Tucker, C.J. (2020). Sibling victimization in childhood. In S. Hupp & J. Jewell. *The encyclopedia of child and adolescent development* (pp. 1-9). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781119171492.wecad220>
- Tucker, C. J., & Finkelhor, D. (2017). The state of interventions for sibling conflict and aggression: A systematic review. *Trauma, Violence & Abuse*, 18(4), 396–406. <https://doi.org/10.1177/1524838015622438>
- Tucker, C. J., Van Gundy, K. T., Wiesen-Martin, D., Hiley Sharp, E., Rebellon, C. J., & Stracuzzi, N. F. (2014). Proactive and reactive sibling aggression and adjustment in adolescence. *Journal of Interpersonal Violence*, 30(6), 965-987. <https://doi.org/10.1177/0886260514539760>

- Tucker, C. J., Finkelhor, D., & Turner, H. (2017). Victimization by siblings in children with disability or weight problems. *Journal of Developmental & Behavioral Pediatrics* 38(6), 378-384. <https://doi.org/10.1097/DBP.0000000000000456>
- Tucker, C. J., Finkelhor, D., & Turner, H. (2020a). Family and friend social support as mediators of adolescent sibling victimization and mental health, self-esteem, and delinquency. *American Journal of Orthopsychiatry*, 90(6), 703-711. <https://doi.org/10.1037/ort0000502>
- Tucker, C. J., Finkelhor, D., & Turner, H. (2020b). Family predictors of sibling versus peer victimization. *Journal of Family Psychology*, 34(2), 186-195. <https://doi.org/10.1037/fam0000592>
- Tucker, C. J. (2024). *Sibling abuse and bullying*. In S. Salari (Ed.). *Family violence and abuse: An encyclopedia of trends, issues, and solutions* (pp. 582-584). Bloomsbury Academic & Professional.
- Whiteman, S. D., McHale, S. M., & Soli, A. (2011). Theoretical perspectives on sibling relationships. *Journal of Family Theory & Review*, 3(2), 124-139. <https://doi.org/10.1111/j.1756-2589.2011.00087.x>
- Wiehe, V. (1998). *Understanding family violence: Treating and preventing partner, child, sibling and elder abuse*. Sage Publications.
- Wiehe V. (2000). Sibling abuse. In H. Henderson (Ed.), *Domestic violence and child abuse resource sourcebook* (pp. 409-492). Omnigraphics.
- Wiehe, V. (2002). *Sibling abuse: What parents need to know about*. Bonneville books.
- Yates, P. (2019). "It's Just the Abuse that Needs to Stop": Professional framing of sibling relationships in a grounded theory study of social worker decision making following sibling sexual behavior. *Journal of Child Sexual Abuse*, 29(2), 222-245. <https://doi.org/10.1080/10538712.2019.1692399>